

Assunto: Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 150/2025 - SAP Nº 1000000150 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO - ID LICITACOES-E (106 25 95).

Requerente: CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA.

Requerida: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANONINA (“APPA”).

CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.499.902/0001-80, com sede à Rodovia PR 412 – Engenheiro Darci Gomes Moraes, nº 1394, Pontal do Paraná/PR, CEP: 83.255-000, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento artigo 164, da Lei 14.133 de 2021, artigo 171, do Regulamento Interno de Licitações e contratos da APPA, bem como, nos termos do §1º do art. 87 da Lei nº 13.303/2016, propor Impugnação ao Instrumento Convocatório, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Cuida-se de processo licitatório, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes nas áreas sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).

1. PRELIMINARMENTE

1.1. Tempestividade

Está previsto no item 6 do edital de licitação que eventuais impugnações devem ser apresentadas até 05 (*cinco*) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão.

6. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Até 5 (cinco) dias úteis contados antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório, conforme previsão do § 1º do art. 87 da Lei 13.303/2016 e Art. 171 do RILC da APPA.

Considerando que, a data fixada para a abertura da sessão é o dia 31 de janeiro de 2025, o prazo para a impugnação é o dia 24 de janeiro de 2025. Dessa forma, é tempestiva a apresentação da presente impugnação ao edital, visto que apresentada dentro do prazo legal.

2. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2.1. Princípios Administrativos

Preliminarmente, destaca-se que como prestadores especialistas na área de serviços de manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário e destinação final dos resíduos, objeto do edital em tela e mais que isto, como cidadãos que somos, temos o direito e, porque não dizer o dever cívico de **zelar pelo bem público**.

Logo, a *Requerente* fornece ferramenta informativa a esta respeitável Comissão de Licitação que o edital se encontra permeado de erros e, ao dar continuidade a ele, restarão empresas desqualificadas que não se comprometem com a evolução das normativas e não atendem a legislação especial, colocando em temerária ilegalidade o referido edital, em desacordo com os princípios da legalidade, proposta mais vantajosa e melhor resultado técnico.

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO ÚNICO

§2º Em complemento, afirmam-se os seguintes vetores de interpretação: a) as licitações e os contratos devem ser baseados em modelos, **cautelas e controles utilizados pela iniciativa privada, com a finalidade de obter o melhor resultado técnico** e econômico;

b) devem-se preferir procedimentos simples e adotar as **formalidades estritamente necessárias para o melhor resultado técnico** e econômico, saneando defeitos ou falhas que não lhe comprometam, em obediência à verdade material e à competitividade;

Consequentemente, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, a *Requerente* deparou-se com a ausência de exigências mínimas que devem ser revisadas, cujo os teores serão destacados a seguir.

Portanto, **é de responsabilidade do órgão atender-se a legislação especial que regulamenta o objeto da licitação.**

Sabidamente, o processo licitatório tem entre suas finalidades, procurar a proposta mais vantajosa para a Administração, tal como proporcionar um elevado nível de competitividade e igualdade de tratamento entre os participantes do certame, de forma a garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e isonomia.

Os preceitos dos princípios norteadores dos processos licitatórios devem sempre prevalecer em qualquer contratação a ser realizada pela Administração Pública.

Tais princípios encontram sua essência na consagrada Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mais especificamente em seu art. 5º e art. 37º, no entanto, é o art. 5º da renomada Lei das Licitações nº 14133/21, cujo teor se transcreve abaixo que se encontra destacada sua forma e aplicação nas licitações. Veja-se

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

Diante de objetos complexos, as exigências de habilitação têm por finalidade demonstrar a **existência legal da empresa, legitimidade de sua representação e aptidão para assumir obrigações**, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui as exigências legais definidas na Lei de Licitações e leis especiais, caso se sagre vencedor do certame.

Logo, a apresentação da habilitação jurídica e capacidade técnica operacional conforme legislação especial aplicável deve ser **devidamente exigida**, com intuito demonstrar que os licitantes cumprem com as exigências legalmente determinadas.

Conclui-se que, a finalidade da norma é clara: **resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação** -, procurando-se, com a exigência de demonstração de habilitação e capacidade técnica, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado conforme determinações legais.

Dentre as necessidades para o presente certame, demonstraremos porque tais documentos revelam-se essenciais à manutenção do contrato administrativo com a futura arrematante do objeto.

Portanto, visto que estamos diante de um objeto licitado que exige qualidade e inovação conforme legislação especial, o referido edital precisa estar de acordo com essa qualidade. Nesse sentido, ressalta-se que, **não se trata de restrição a competitividade**, e sim de

equiparação do edital de forma justa e imparcial para empresas que realmente entregam qualidade e eficiência de acordo com a legalidade imposta, ou seja, verificação de empresas que estão melhores preparadas e posicionadas no mercado para atender o objeto licitado.

Dessa maneira, é necessário que o referido edital esteja bem elaborado, contrário de edital direcionado, visto que há normativas especiais e de segurança que merecem ser avaliadas para a execução do referido contrato. Consequentemente, não há qualquer desigualdade ou afronta ao princípio da competitividade, visto que, se há desigualdade, tal desigualdade é gerada pela **própria inércia das demais empresas inaptas que recusam em evoluir seus serviços prestados de acordo com as diretrizes ambientais.**

2.2. Objeto licitado de grande complexibilidade – exigências de o edital devem estar de acordo com a evolução das normativa ambientais

2.2.1. Dever de comprovação de registro da empresa licitante no órgão competente, consequentemente, a exigência de Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico

A Administração Pública não deve abster-se em promover a devida adequação à demanda respeitando cada objeto licitado, submetendo-se aos princípios administrativos, legislação especial e à gestão contratual.

Logo, tais preceitos devem estar em harmonia jurídica, pois, se o objeto é plenamente vantajoso a administração, de nada valerá se houver ausência de cumprimento de requisitos legais e fundamentais estabelecidos na Lei de Licitações e legislação especial.

A legislação é clara em exigir que os serviços de engenharia devem ser realizados por empresas e profissionais habilitados devidamente registrados no Conselho Regional competente que fiscaliza tais atividades, (CFBIO;CREA). O objeto em questão exige limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, portanto, trata-se de serviços de engenharia que são regulamentados por órgãos devidamente habilitados. Veja-se o que traz o termo de referência do próprio edital:

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

10 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto deste procedimento licitatório se enquadra no inciso IV do art. 32 da Lei Federal nº 13.303/2016, **devido ao fato de ser um serviço comum de engenharia.**

A fiscalização desempenhada por este tais Conselhos consiste na verificação das condições do exercício profissional, na existência de responsável técnico e respectivo registro da Anotação da Responsabilidade Técnica ART, prevenindo e reprimindo infrações à legislação profissional (art. 6º da Lei nº 5.194/66), tudo de modo a assegurar à sociedade a participação efetiva e declarada de profissionais habilitados nas obras e serviços de engenharia e agronomia e **de outras áreas tecnológicas (art. 2º da Lei nº 6.496/77),** garantindo padrões mínimos de

segurança e qualidade indispensáveis à natureza de tais serviços profissionais. Ainda, ressalta-se por meio da RESOLUÇÃO Nº 700, DE 20 DE ABRIL DE 2024, a atuação do Conselho FEDERAL DE BIOLOGIA – CFBio, que também atua na fiscalização das referidas atividades:

Art. 5º São áreas de atuação em Meio Ambiente e Biodiversidade:
XLVII – Gestão, Monitoramento, Tratamento Biológico de Efluentes e Resíduos;¹

Ainda, a pessoa física ou jurídica sem habilitação legal que realizar atos ou prestar serviços públicos ou privados, reservados aos profissionais da Engenharia e da Agronomia e outros por eles contemplados, está automaticamente enquadrada no ilícito exercício ilegal das referidas profissões. Desta forma, é importante a administração ajudar a coibir tais atos que possam vir a prejudicar também o ente público, visto que a instalação de sistemas de climatização é uma atividade que possui suas particularidades e cuidados.

Nessa toada, é importante ressaltar que de acordo com as normas que regulam as licitações, é tão importante a proposta mais vantajosa, quanto a mais qualificada de forma que atendam o mínimo exigido.

Sendo assim, cabe a administração pública inserir aos requisitos da habilitação a exigência de registro da empresa no órgão de fiscalização competente e profissional devidamente inscrito no Conselho competente, que comprove sua experiência por meio de **Certidão de Acervo Técnico**, uma vez que o edital, traz em seu termo de referência, serviços que dependem de fiscalização.

Veja-se que, mais uma vez, não há o que falar de restrição a competitividade, e sim, de licitantes que tem o dever de seguir com o regramento fiscalizatório para entregar o melhor serviço aos seus fornecedores.

Assim, quando se trata manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, **incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes**, é de suma importância que a mesma seja realizada mediante responsabilidade de profissional competente e empresa, registrado pelo Conselho de Classe que rege tal atividade.

Veja-se o entendimento do Conselho Regional de Biologia da Sétima Região – CRBio-07:

O Biólogo é profissional legalmente habilitado a atuar nas áreas definidas pelo CFBio, e compete ao sistema CFBio/CRBios a fiscalização da atividade dos Biólogos, de acordo com a [Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979](#), que dispõe em seus artigos 1º, 2º, 6º, 10, inc. II, 12, inc. XII e 20:

“Art. 1º O exercício da profissão de Biólogo é privativo dos portadores de diploma:

I - devidamente registrado, de bacharel ou licenciado em curso de História Natural, ou de Ciências Biológicas, em todas as suas especialidades ou de

¹ <https://cfbio.gov.br/2024/04/26/resolucao-no-700-de-20-de-abril-de-2024/>

licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia, expedido por instituição brasileira oficialmente reconhecida;

II - expedido por instituições estrangeiras de ensino superior, regularizado na forma da lei, cujos cursos forem considerados equivalentes aos mencionados no inciso I.

Art. 2º Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o Biólogo poderá:

I - formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II - orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, no âmbito de sua especialidade;

III - realizar perícias e emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado.

[...] **Art. 6º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina - CFBB/CRBB com a incumbência de fiscalizar o exercício das profissões definidas nesta Lei.**

[...] **Art. 10 - Compete ao Conselho Federal:**

[...] **II - exercer função normativa**, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto nesta Lei e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;

[...] **Art. 12 - Compete aos Conselhos Regionais:**

[...] **XII - fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição**, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;

[...] **Art. 20 - O exercício das profissões de que trata a presente Lei, em todo o território nacional, somente é permitido ao portador de carteira profissional expedida por órgãos competentes.**” (grifos nossos)

O disposto na Lei 6.684/79 é regulamentado pelo [Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983](#), que dispõe em seus artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 11, inc. III e 16, inc. XI:

“**Art. 1º O exercício da profissão de Biólogo somente será permitido ao portador de Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo Conselho Regional de Biologia da respectiva jurisdição.**

na forma da legislação específica, o Biólogo poderá:

I - formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II - orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade;

III - realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres, de acordo com o currículo efetivamente realizado.

Art. 4º Os Conselhos Federal e Regionais de Biologia CFB/CRB criados pela Lei nº 6.684., de 03 de setembro de 1979, e alterada pela Lei nº 7.017,

de 30 de agosto de 1982, constituem, em seu conjunto, uma autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho.

Art. 5º A autarquia referida no artigo anterior tem por objetivo orientar, disciplinar, e fiscalizar o exercício da profissão de Biólogo.

[...] Art. 11. Compete ao Conselho Federal:

[...] III - **exercer função normativa**, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto neste Regulamento e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;

[...] Art. 16. Compete aos Conselhos Regionais:

[...] XI - **fiscalizar o exercício profissional na área da sua jurisdição**, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;”

(...)

A Res. 3/96, dispõe sobre a regulamentação para a concessão de Termo de Responsabilidade Técnica em Análise e Controle de Qualidade Físico-química e Microbiológica de Águas, inclusive as de Abastecimento Público, conforme seu art. 1º, caput:

“Art. 1º – Observado o currículo efetivamente realizado, é de competência do Biólogo, legalmente habilitado, realizar Análise e Controle de Qualidade Físico-química e Microbiológica de Águas, inclusive as de Abastecimento Público, em empresas públicas e/ou privadas, desde que constem, em seu histórico escolar do curso de Graduação e ou pós-graduação, analisados os conteúdos programáticos, as seguintes matérias: ”

Cabe ao CRBio-07 a verificação das ARTs e da capacidade técnica profissional dos Biólogos.

Ressalta-se que a atuação do Biólogo é restrita a processos biológico e físico-químicos no tratamento de águas e efluentes, não sendo de competência profissional os projetos estruturais das unidades de tratamento.

As atribuições profissionais do Biólogo, conforme legislação citada é determinada em resoluções do CFBio e a atuação **em processos de tratamento de água e efluentes é permitida e prevista em normativa federal. Uma vez preenchidos os requisitos de inscrição, regularidade e capacitação técnica verificada pelo CRBio-07, trata-se de atuação legal.**

Por tudo isso, considerar-se-á legítima e recomendável a postura da Administração, em razão do grau de complexidade para a execução dos serviços objeto deste certame, em não permitir a participação de todos os que assim desejarem, mas apenas daqueles que preencham os requisitos compatibilizados ao objeto desta licitação.

Deve, portanto, eleger critérios adequados para avaliar a capacitação técnica de modo que a ampliação do universo dos participantes não ocorra às custas da ampliação do risco de contratos mal executados e de sérios prejuízos ao interesse público. Sendo assim, a atuação de um profissional devidamente habilitado para os serviços de instalação, se faz necessária para

promover uma gestão e planejamento de atividades, através de métodos e técnicas que visem alcançar a eficiência, qualidade e produtividade de operação.

Dessa maneira, considerando que o serviço objeto da edital demanda obrigatoriamente o registro da empresa e dos profissionais nos respectivos órgãos de classe por meio de CAT, logo, essa exigência, deve constar no edital expressamente, ou órgão competente, de profissional compatível com o objeto da licitação.

2.2.2. Empresas devem estar de acordo com a legislação ambiental – inexistência das seguintes exigências de qualificação técnica

- 1) Comprovação de local apropriado para descarte dos resíduos ou contrato de prestação de serviços com empresa especializada para o descarte adequado;
- 2) Cadastro Técnico Federal (CTF) Ibama;
- 3) Certidão Negativa de Débitos junto ao IBAMA;
- 4) Alvará atualizado;
- 5) Licença sanitária veicular.

Tendo em vista que a licitação visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de a manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes. Portanto, se faz necessário que as empresas licitantes que serão contratadas, apresentem tais exigências, na Qualificação Técnica, evitando com isso que a CONTRATANTE, fique vulnerável e a mercê de empresas AVENTUREIRAS, que não atendam as normas ambientais e despreparadas para a prestação do serviço, no aspecto técnico almejado pelas normas de vigilância sanitária e boas práticas de prestação dos serviços.

Pontua-se que por causa do objeto licitado, o cumprimento dessas obrigações como requisito para qualificação técnica, além de trazer responsabilidade ambiental perante todas as molduras jurídicas, ampara a Administração da contratação de empresas que possam prestar serviços sem as qualificações técnica competentes.

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO ÚNICO

Art. 4º As licitações e os contratos disciplinados por este RILC **devem respeitar**, especialmente, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

No processo administrativo licitatório, o edital é de fundamental importância, pois traz as regras que irão reger todos os atos praticados no decorrer do processo, vinculando a Administração Pública e os licitantes.

A relevância do edital está consubstanciada no princípio da vinculação ao edital, que decorre do princípio da legalidade, **uma vez que a administração/servidor público somente pode agir quando a lei permitir, de forma que os atos praticados durante a licitação são vinculados aos ditames legais. Por ser ato administrativo, o edital deverá observar os ditames legais.**

Nesse sentido, o **Tribunal de Contas do Estado do Paraná** já decidiu no acórdão n.º 3094/19 - Tribunal Pleno, acerca da grande consideração que deve ser ter em atendimento as normativas ambientais nos procedimentos licitatórios:

EMENTA: Representação da Lei nº 8.666/93. Município de Sarandi. Falho no edital acerca da prova de atendimento de **requisitos previstos em lei especial para o objeto da contratação**. Pela expedição de medida cautelar para suspensão do certame.

Trata-se de representação da Lei nº 8.666/93, apresentada por INGABAN LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA ME em face do Edital de Pregão Presencial nº 100/2019 da Prefeitura do Município de Sarandi para o registro de preços para futuras e eventuais locações de **banheiros químicos**, destinados a possíveis eventos promovidos pelas secretarias municipais de Sarandi, no valor máximo de R\$ 14.737,30 e validade por 12 meses. Em síntese, a empresa alega que o edital do certame é falho por deixar de elencar entre os requisitos para habilitação técnica a comprovação do cumprimento de exigências previstas em lei especial, em descumprimento ao inciso IV do art. 30 da Lei 8.666/1993. Aduz a representante que, dada a natureza da contratação e a exigência posta no art. 30, IV1 e no art. 3º2 da Lei 8.666/93, o chamamento à contratação deveria tratar expressamente do "...descarte dos resíduos sólidos que são colhidos durante a utilização dos sanitários, pois eventual destinação incorreta de tais dejetos poluem a água e o solo, aumentando o risco de doenças como a cólera" (peça 3, fl. 3), obedecendo à legislação específica do tema.

(...)

DECISÃO

Inicialmente, verifico que a representação deve ser recebida, tendo em vista que estão presentes os requisitos constantes dos arts. 275 a 277 do Regimento Interno. Verifico também que se encontram presentes os pressupostos para a concessão da medida cautelar pretendida.

Em juízo preliminar, de cognição sumária típica a este momento processual, entendo que **há plausibilidade no alegado acerca da não observância de legislação específica e eventual risco de ordem ambiental**.

Sobre o fumus boni iuris, verifico que o edital foi silente acerca da exigência de requisitos mínimos que comprovem obediência à legislação específica relativa à proteção ambiental.

Com efeito, é **responsabilidade da administração quando da contratação de serviços garantir a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial e zelar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável**.

O objeto do edital é atividade que pode gerar danos ao meio ambiente e que está sujeita a legislação específica. Causa estranheza que o mesmo município tenha exigido em certame para contratação do mesmo objeto em 2018 a apresentação de licença ambiental como requisito de qualificação técnica e a tenha dispensado na

licitação que ora se analisa. O periculum in mora resta comprovado em razão da iminência da conclusão do processo licitatório, cuja sessão de julgamento estava designada para o dia 30/9/2019, o que poderia acarretar a contratação de empresa que não atende à legislação ambiental e consequentemente a ocorrência de danos ambientais em razão do descarte inadequado dos resíduos. Por fim, observo que a contratação não parece ser urgente, visto tratar-se de registro de preços para eventuais contratações futuras, de modo que a suspensão do certame em tese não acarreta prejuízo à Administração e a seus serviços.

(Tribunal de Contas do Estado do Paraná. REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993. PROCESSO Nº: 650736/19. PR Relator: AUDITOR TIAGO ALVAREZ PEDROSO, Data de Julgamento: 02/10/2019, TERCEIRA TURMA).

Nesse mesmo sentido, veja-se a decisão n.º 3437/23 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca da denúncia realizada pela licitante acerca da importância do tema ambiental:

Decisão

Ao fundamentar seu voto, o relator do processo, conselheiro Augustinho Zucchi, concordou com a CGM e o MPC-PR. Em relação ao suposto indeferimento ilegal de impugnação, em razão da intempestividade, apontado pela representante, ele ressaltou que o município se manifestou quanto ao mérito.

Mas lembrou que a contagem dos prazos, em matéria de licitação e contratos, ocorre de acordo com a regra constante do artigo 110 da Lei nº 8.666/93, com a exclusão do dia do início e inclusão da data de vencimento.

No entanto, Zucchi afirmou que na instrução do processo constatou-se que o município não comprovou adequadamente ter exigido os documentos relativos à contratação de serviços de atividade de potencialidade poluidora da empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 101/22.

Além disso, o conselheiro destacou que a empresa fornecedora terceirizou a limpeza dos banheiros químicos, o que configurou a subcontratação dos serviços objeto do certame, que não estava prevista no contrato ou no instrumento convocatório. Ele também entendeu que a subcontratação sem o conhecimento do ente contratante caracterizou a inadequada fiscalização do contrato.

Assim, o conselheiro votou pela aplicação, ao responsável, da sanção prevista no artigo 87, inciso III, da Lei Complementar nº 113/2005 (Lei Orgânica do TCE-PR); e pela instauração de processo para apurar responsabilidades pela inadequada fiscalização do contrato. A multa administrativa corresponde a 30 vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná (UPF-PR), indexador das multas do TCE-PR que valia R\$ 133,29 em outubro, mês em que o processo foi julgado.

Os conselheiros aprovaram por unanimidade o voto do relator, na Sessão de Plenário Virtual nº 20/23 do Tribunal Pleno do TCE-PR, concluída em 26 de outubro. Não houve recurso contra a decisão expressa no Acórdão nº 3437/23 - Tribunal Pleno, disponibilizado em 8 de novembro na edição nº 3.098 do Diário Eletrônico do TCE-PR (DETC). O trânsito em julgado da decisão ocorreu em 4 de dezembro.²

Nesse sentido, no presente caso, visto que os serviços objeto do edital contemplam a **destinação final dos resíduos e efluentes** é primordial que as licitantes apresentem a comprovação de local apropriado para descarte dos resíduos ou por meio de contrato de

² <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/pontal-do-parana-deve-rescindir-contrato-de-locacao-de-equipamentos-para-eventos/11011/N#:~:text=A%20decis%C3%A3o%20foi%20tomada%20no,Prefeitura%20de%20Pontal%20do%20Paran%C3%A1.>

prestação de serviços com empresa especializada para o descarte adequado juntamente de Licença sanitária veicular.

Veja-se que, o descarte de efluentes devem ser feitos somente em estações de tratamento de esgoto certificadas, o descarte incorreto é considerado crime ambiental e pode causar danos aos elementos que compõem o ambiente, protegido pela Lei n.º 9.605 de 13 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Se na presença da fiscalização, a empresa não tiver munida de tal documentação, e houver a constatação de risco ou comprovação de contaminação pela não destinação correta dos resíduos gerados pela empresa, ela será penalizada com multas, detenção, e seus responsáveis poderão ser presos com possível paralisação das atividades da empresa, gerando consequências inestimáveis ao ente administrativo.

Imagine a seguinte situação hipotética: uma empresa que não cumpre as normas normais ambientais, e não possui veículo apropriado para o transporte, participa e ganha uma disputa licitatória para a execução de serviços sérios, a vencedora, contudo, não atende as normas da legislação sanitária.

Essa empresa apresentou uma boa proposta, e venceu o certame porque não havia a exigência do certificado de vistoria veicular dos veículos de transporte de resíduos contaminados, afim da comprovação de cumprimento das normas de legislação sanitária no edital. No entanto, como tais exigências são imprescindíveis para quem lida com tratamento de afluentes, essa empresa pode ser desqualificada no aspecto jurídico da avaliação, pois não possui a qualificação técnica necessária, e nem cumpre com as normas de segurança ambiental, imprescindíveis ao objeto licitado.

O objeto licitado, especificamente, envolve atividade de risco à saúde pública e está sujeita ao controle e fiscalização de órgão especial competente, logo, o ente administrativo não pode contratar com uma empresa cuja atividade não está regularizada.

Dessa maneira, para as empresas que trabalham de forma correta e são conhecedoras das normas ambientais, manipulação, e da segurança, necessárias a prática da atividade em nada teriam que se adequar pois já possuem toda qualificação necessária acima mencionada.

Logo, é necessário que tal adequação seja realizada, incluindo no referido edital o atendimento as normas vigentes solicitando com isso a exigência relevante de certificado de vistoria dos transportes, na documentação comprobatória, de Qualificação Técnica, no qual deverá ser solicitada a comprovação através do CVV de que a empresa licitante possui **transporte adequado e licenciado** para execução do serviço, bem como, documento comprobatório de que **realiza de forma ADEQUADA o descarte dos efluentes**.

Outrossim, outra exigência que faz pertinência em ser colacionada no referido edital, é a exigência, para os licitantes, de apresentação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e certidão

negativa emitida pelo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, que encontra amparo na Instrução Normativa 13/2021 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Tais exigências fundamentam-se na lei e na melhor prática ambiental, que deve ser observada pelo ente administrativo, não havendo motivos para sua não exigência no presente certame.

Abaixo transcrevemos os principais esclarecimentos da Instrução Técnica Conclusiva 2592/2023 diligenciada no Tribunal de Contas do Espírito Santo, a qual fundamenta com precisão a total legalidade para tal exigência:³

2.4 CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS (CTF/APP) [...] 2.4.D Análise De fato, encontra-se previsto no item 12.9.4 do edital da Concorrência Pública 16/2023 a exigência de CTF/APP, em seu trecho referente à qualificação técnica dos licitantes: 12.9.4. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) (relacionadas na lista do Anexo VIII da Lei Federal nº 6.938/1981 ou no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021). De todo modo, conforme as justificativas apresentadas pelos agentes notificados, **tal exigência encontra amparo na Instrução Normativa 13/2021 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**¹ : Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por: I - atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais: aquelas que estão relacionadas: a) nas categorias 1 (um) a 20 (vinte) do Anexo I, conforme art. 17-C e Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; e b) nas categorias 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) do Anexo I, em razão de outros normativos federais ou de abrangência nacional, que determinem o controle e fiscalização ambiental de atividades; [...] IV - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais: o cadastro que identifica as pessoas físicas e jurídicas e sua localização, em razão das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais por elas exercidas, nos termos do inciso I do art. 2º e relacionadas no Anexo I; [...] Art. 10. São obrigadas à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais as pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, isolada ou cumulativamente: I - a atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, nos termos do art. 2º, inciso I; [...] ANEXO I ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS [...]

21 - 3	Utilização técnica de substâncias controladas - Protocolo de Montreal	Sim	Não
21 - 5	Experimentação com agroquímicos - Lei nº 7.802/1989	Sim	Não
21 - 27	Porte e uso de motosserra - Lei nº 12.651/2012: art. 69, § 1º	Sim	Sim
21 - 28	Conversão de sistema de Gás Natural - Resolução CONAMA nº 291/2001	Sim	Não
21 - 30	Operação de rodovia - Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
21 -	Operação de hidrelétrica - Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não

Sendo assim, verificamos que a irregularidade narrada na inicial não possui plausibilidade jurídica. [...] 2.5 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

³ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-13-de-23-de-agosto-de-2021-340160720>

AMBIENTAIS EMITIDAS PELO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – IEMA -ES 2.5.D Análise De fato, encontra-se previsto no item 12.9.5 do edital da Concorrência Pública 16/2023 a exigência de Certidão Negativa de Débitos Ambientais, em seu trecho referente à qualificação técnica dos licitantes: 12.9.5. Certidão Negativa de Débitos Ambientais emitida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA - ES Este assunto foi debatido no âmbito do Acórdão 698/2021-1 – Plenário, no qual se gravou o seguinte: Ao analisar o disposto na Lei Estadual 5.230/96, entendendo pelo afastamento da irregularidade. Tal diploma estadual apresenta o seguinte regramento: LEI Nº 5 230, DE 10 DE JUNHO DE 1996 Cria a Certidão Negativa de Débito Ambiental - CNDA. O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica criada no âmbito do território do Estado do Espírito Santo a Certidão Negativa de Débito Ambiental - CNDA, como instrumento da política e do Sistema Estadual do Meio Ambiente, com o objetivo de estimular o cumprimento da Legislação Ambiental, independente de outras exigências e penalidades definidas em Lei. Art. 2º - A Certidão Negativa de Débito Ambiental - CNDA, será emitida pelo órgão estadual de controle ambiental, obedecidas as exigências do art. 4º desta Lei, a toda pessoa, legitimamente interessada, que comprove a não existência de dívidas, obrigações ou pendências originadas por penalidades ou exigências da Legislação Ambiental. Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a exigir a apresentação prévia, pelos interessados, da Certidão Negativa de Débito Ambiental, no mínimo para: I - Participação em licitações públicas; II - Assinaturas de contratos administrativos, como os de obras públicas, serviços públicos, fornecimentos, gerenciamentos, concessões e permissões; III - Obtenção de doações do Poder Público; IV - Utilização de bens públicos; V - Recebimento de incentivos, benefícios fiscais ou financiamentos; VI - Financiamento em estabelecimento de créditos oficiais; VII - Participação em programas de privatização do Setor Público. Art. 4º - A Certidão Negativa de Débito Ambiental terá validade anual. § 1º - A renovação será pleiteada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de nulidade. § 2º - O pedido de emissão, bem como do cancelamento, dá Certidão ou de sua renovação será acompanhado de uma via de comprovação de pagamento da respectiva taxa, cópia de licenças ambientais, comprovantes de pagamento de multas e cumprimento de obrigações ambientais e outros documentos exigidos que comprovem o direito do requerente à Certidão. § 3º - VETADO. § 4º - VETADO. Art. 5º - A alteração da firma, razão ou denominação social, bem como da natureza da atividade ou do local do estabelecimento, implicará em exigência de nova Certidão, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de perda dos direitos adquiridos e indenização por eventuais danos. Art. 6º - As infrações às disposições desta Lei serão apuradas em processo administrativo, sujeitando os infratores às seguintes penas, além de outras previstas em Lei, como: I - Advertência; II - Multa; III - Suspensão ou cancelamento da Certidão, com a conseqüente perda dos direitos adquiridos em função da Certidão e obrigatoriedade de indenizar ou reparar eventuais danos; IV - Interdição temporária ou definitiva do estabelecimento; Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário. Ordeno, portanto, a todas às autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém. O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr. Conforme disposto na Constituição Federal, art. 24, VI: Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (grifou-se) (...) § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados. Tratando-se de matéria ambiental, de competência legislativa concorrente, a União deve editar normas gerais, cabendo ao Estado complementar tais normas. Em tal atividade complementar, as leis estaduais possuem

validade em seu respectivo território. Neste sentido, o art. 1º da Lei 5.230/96, que cria a Certidão Negativa de Débito Ambiental no território do Estado do Espírito Santo (art. 1º) encontrase em consonância com o regramento constitucional. Ademais, ao estabelecer no art. 3º, I autorização para o Poder Executivo exigir tal certidão para a participação de interessados na licitação pública, permite que o Município inclua tal obrigação em seu edital. (g.n.) Por conseguinte, ratifico o posicionamento da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, para tomar como razão de decidir a fundamentação exarada na ITC 936/2021, nos seguintes termos: [...]

Sendo assim, verifica-se que não há qualquer irregularidade na exigência de que o licitante apresente certidão negativa de débitos perante o IBAMA e Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

Lembra-se que é competência comum dos entes federados a redução do risco de doença (art. 196, Constituição Federal). Ou seja, esse dever abrange todos os entes federados, inclusive os municípios, os quais, na seara da saúde, exercem uma competência administrativa comum, nos termos do art. 23, II, do Texto Constitucional.

A obrigatoriedade de apresentação das certidões e licenças necessárias para a habilitação da licitante no local em que deverão ser prestados os serviços, encontra amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, definida no Acórdão n.º 870/2010-Plenário, TC -002.320/2010-0, rel. Min. Augusto Nardes, 28.04.2010, a seguir:

“Contratação de serviços por meio de pregão: 2 - Necessidade de a licença ser expedida pelo órgão ambiental do Estado onde os serviços serão prestados. Outra possível irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 33/2009 centrava-se no fato de a exigência inclusa no edital não estabelecer que a licença de operação deveria ser fornecida pelo órgão competente do Estado do Pará. Como a representante possuía licença de operação no âmbito do Estado do Amazonas, a unidade técnica entendeu que a UFPA ‘ampliou indevidamente o sentido da redação do edital’, em prejuízo da licitante que formulou a representação. Para o relator, ‘tal objeção não possui força invalidante da inabilitação da empresa representante, uma vez que a legislação ambiental é clara em atribuir aos estados a competência para regulamentar e proceder ao licenciamento ambiental em seu território’. O edital ‘não precisaria, portanto, indicar o órgão competente para tanto’, bastando exigir que o documento tivesse validade. Além disso, a empresa ‘deveria saber que a licença expedida no Estado do Amazonas não teria validade em outro estado. Como corolário, tem-se que, como as licenças são válidas apenas nos limites de cada unidade da federação, há fundamento bastante para a recusa, da UFPA, do documento apresentado pela ora representante’. Para o relator, agir de modo diferente seria ‘ferir direitos das outras participantes, com documentação em perfeita ordem’. O Plenário acolheu o voto do relator.” (d.n.) Por analogia verifica-se que a situação julgada pelo TCU é similar a essa, pois a atividade do Pregão Eletrônico n.º 33/209 – UFPA também exigia o devido licenciamento ambiental por parte da empresa participante, que era de outro Estado da Federação. Ressalta-se ainda as palavras do relator Ministro Augusto Nardes, para quem “a legislação ambiental é clara em atribuir aos estados a competência para regulamentar e proceder ao licenciamento ambiental em seu território”.

Vale destacar que a habilitação da licitante vencedora implica à administração assumir o risco disposto na Lei Federal nº 8.080/90, a qual destaca que é “*dever do Estado de garantir a saúde consistindo na formulação e execução de políticas públicas que visem ações*

capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e das prestações de serviços de interesse da saúde”.

A nova lei de licitações – Lei 14.133/2021 – em seu art. 67, incisos I, II e III, dispôs sobre a qualificação técnico profissional e técnico operacional de forma bem mais abrangente do que a Lei 8.666/93, incorporando interpretações trazidas por diversas jurisprudências do TCU:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: I – apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

IV – prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

A administração deve ter as garantias necessárias de que a empresa possui as condições técnicas para a boa execução dos serviços. O objetivo, portanto, de se exigir em editais de licitações públicas atestados de qualificação técnica profissional e/ou operacional é comprovar que a empresa está apta a cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública e, dessa forma, garantir que o serviço seja executado com a devida qualidade.

Para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequada às reais necessidades da Administração e a formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, **mas que afastem empresas desqualificadas do certame. Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário.**

Portanto, deverá ser exigido a comprovação de os profissionais habilitados, visto que a atividade exige que se possua responsabilidade técnica. Então as empresas devem comprovar por meio de atestado (s) e/ou declaração (ões) de capacidade técnica, registrado (s) no conselho da categoria, em nome da licitante e do responsável técnico, que comprove (m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível objeto da licitação.

Logo, a competência administrativa para cuidar da saúde pública é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo-lhes o dever de atuação em uma das áreas mais sensíveis do Estado Moderno.

Assim, administrativamente todos os entes federativos possuem competência para assegurar a efetividade e plenitude da saúde pública, inclusive no tocante aos serviços de vigilância sanitária, devendo o exercício dessa competência, porém, para se evitar desnecessários embates entre os diversos entes federativos, pautar-se pelo princípio da predominância do interesse.

Portanto, não se trata de restrição a competitividade e sim adequação da legislação especial, onde as empresas deverão se adaptar para prestarem determinados serviços.

Salienta-se, novamente, que não há que se falar em restrição à competitividade, uma vez tornada necessária a apresentação do referido certificado ambiental em virtude das características da prestação a ser executada pela futura contratada.

Deste modo, a exigência relativa ao atestado ambiental para a execução dos serviços de licitados, deverá constar do texto editalício, sendo o mesmo texto alterado para que conste o requisito de sua apresentação para fins de habilitação técnica dos licitantes, sob pena de, omitindo-se a licitadora, acarretar insegurança jurídica à execução do objeto licitado.

Posto que, o objeto licitado exige contratação de serviços técnico especializados, como é o presente caso, é devido a exigência de empresa e profissionais habilitados em seus respectivos conselhos para atuar no ramo do objeto licitado.

Considerando-se o status de princípio da licitação a que foi erigida a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, **REQUER-SE** que seja retificado o presente instrumento convocatório afim de que seja exigido: i) Comprovação de registro da empresa licitante no órgão de classe fiscalizador, consequentemente, registro do profissional técnico habilitado bem como experiência comprovada por meio de CAT; ii) apresentação de documento comprobatório que comprove os descartes de resíduos de efluentes de forma adequada; iii) licença veicular que comprove a aptidão dos veículos para manuseio de efluentes; iv) certidão negativa de débitos perante o IBAMA, bem como cadastro técnico federal vigente, por fim, alvará de localização vigente, **sob pena de Representação Perante o Tribunal de Contas do Paraná.**

PEDE DEFERIMENTO

Curitiba, 20 de janeiro de 2025

**GABRIEL
CARDOSO
O GALLI**

Assinado digitalmente por GABRIEL
CARDOSO GALLI
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB,
OU=0312993000151, OU=Certificado
Digital, OU=Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=GABRIEL CARDOSO
GALLI
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.01.20 14:40:19-0300'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

Gabriel Cardoso Galli
OAB/PR 72.367

Camila Venturin Zappellini Paiva
Representante legal



Ofício CRBio 07 nº 319/2022
Curitiba, 27 de abril de 2022

Ao Biólogo André Montanha Fontanelli – CRBio 83.063/07-D

O Conselho Regional de Biologia da Sétima Região – CRBio-07, Autarquia Federal criada pela resolução n.º 61/2005 do Conselho Federal de Biologia, serve-se do presente para manifestar que o profissional Biólogo está apto para realizar atividades referentes a processos de tratamento de água, efluentes e resíduos sólidos, incluindo atividades de locação de banheiros químicos, em conformidade com a normativa legal do país que regulamenta a profissão de Biólogo, de acordo com as Resoluções emanadas pelo Conselho Federal de Biologia – CFBio.

O Biólogo é profissional legalmente habilitado a atuar nas áreas definidas pelo CFBio, e compete ao sistema CFBio/CRBios a fiscalização da atividade dos Biólogos, de acordo com a [Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979](#), que dispõe em seus artigos 1º, 2º, 6º, 10, inc. II, 12, inc. XII e 20:

“Art. 1º O exercício da profissão de Biólogo é privativo dos portadores de diploma:

I - devidamente registrado, de bacharel ou licenciado em curso de História Natural, ou de Ciências Biológicas, em todas as suas especialidades ou de licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia, expedido por instituição brasileira oficialmente reconhecida;

II - expedido por instituições estrangeiras de ensino superior, regularizado na forma da lei, cujos cursos forem considerados equivalentes aos mencionados no inciso I.

Art. 2º Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o Biólogo poderá:

I - formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II - orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, no âmbito de sua especialidade;

III - realizar perícias e emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado.

[...] Art. 6º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina - CFBio/CRBio com a incumbência de fiscalizar o exercício das profissões definidas nesta Lei.

[...] Art. 10 - Compete ao Conselho Federal:

[...] II - exercer função normativa, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto nesta Lei e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;

[...] Art. 12 - Compete aos Conselhos Regionais:

[...] XII - fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;

[...] Art. 20 - O exercício das profissões de que trata a presente Lei, em todo o território nacional, somente é permitido ao portador de carteira profissional expedida por órgãos competentes.” (grifos nossos)

O disposto na Lei 6.684/79 é regulamentado pelo [Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983](#), que dispõe em seus artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 11, inc. III e 16, inc. XI:

“Art. 1º O exercício da profissão de Biólogo somente será permitido ao portador de Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo Conselho Regional de Biologia da respectiva jurisdição.



[...] **Art. 3º Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o Biólogo poderá:**

I - formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II - orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade;

III - realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres, de acordo com o currículo efetivamente realizado.

Art. 4º Os Conselhos Federal e Regionais de Biologia CFB/CRB criados pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, e alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982, constituem, em seu conjunto, uma autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho.

Art. 5º A autarquia referida no artigo anterior tem por objetivo orientar, disciplinar, e fiscalizar o exercício da profissão de Biólogo.

[...] **Art. 11. Compete ao Conselho Federal:**

[...] **III - exercer função normativa, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto neste Regulamento e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;**

[...] **Art. 16. Compete aos Conselhos Regionais:**

[...] **XI - fiscalizar o exercício profissional na área da sua jurisdição, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;"**

A responsabilidade da fiscalização dos profissionais Biólogos e empresas cujas atividades estejam ligadas à Biologia compete ao CRBio-07, conforme a [Resolução nº 62, de 11 de junho de 2005](#), que dispõe em seu artigo 1º:

"Art. 1º Fica criado o Conselho Regional de Biologia da 7ª Região, sob a sigla CRBio-07, com sede e foro em Curitiba – PR e jurisdição no Estado do Paraná."

Assim, o registro e a fiscalização de profissionais Biólogos e empresas que atuam nas diversas áreas da Biologia é competência apenas do CRBio de sua jurisdição, no caso do Estado do Paraná, do CRBio-07.

As áreas de atuação e de conhecimento do Biólogo são definidas por resolução, conforme Lei 6.684/79, art. 10, inc. II e Decreto 88.438/83, art. 11, inc. III, supracitados.

As resoluções que definem as áreas de atuação e conhecimento do Biólogo, incluindo a atuação em processos de tratamento de água e efluentes, incluindo atividades de locação de banheiros químicos, são as [Resolução nº 10, de 5 de julho de 2003](#), [Resolução nº 227, de 18 de agosto de 2010](#) e [Resolução nº 3, de 2 de junho de 1996](#).

A Res. 10/03, dispõe sobre as atividades profissionais e áreas e subáreas do conhecimento do Biólogo, conforme dispõe em seus arts. 1º e 2º:

"Art. 1º São as seguintes as Atividades Profissionais do Biólogo:

1 – Na Prestação de Serviços:

1.1 – Proposição de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços;



1.2 – Execução de análises laboratoriais e para fins de diagnósticos, estudos e projetos de pesquisa, de docência de análise de projetos/processos e de fiscalização;

1.3 – Consultorias/assessorias técnicas;

1.4 – Coordenação/orientação de estudos/projetos de pesquisa e/ou serviços;

1.5 – Supervisão de estudos/projetos de pesquisa e/ou serviços;

1.6 – Emissão de laudos e pareceres;

1.7 Realização de perícias;

1.8 – Ocupação de cargos técnico-administrativos em diferentes níveis;

1.9 – Atuação como responsável técnico (TRT).

Art. 2º São as seguintes as Áreas e Subáreas do Conhecimento do Biólogo:

[...] 2.2 – Biofísica: Biofísica celular e molecular, Fotobiologia, Magnetismo, Radiobiologia.

2.3 – Biologia Celular.

2.4 – Bioquímica: Bioquímica comparada, Bioquímica de processos fermentativos, **Bioquímica de microrganismos**, Bioquímica macromolecular, Bioquímica micromolecular, Bioquímica de produtos naturais, Bioenergética, Bromatologia, Enzimologia.

2.5 – Botânica: Botânica aplicada, Botânica econômica, Botânica forense, Anatomia vegetal, Citologia vegetal, Dendrologia, Ecofisiologia vegetal, Embriologia vegetal, Etnobotânica, Biologia reprodutiva, Ficologia, Fisiologia vegetal, Fitogeografia, Fitossanidade, Fitoquímica, Morfologia vegetal, Manejo e conservação da vegetação, Palinologia, Silvicultura, Taxonomia/Sistemática vegetal, Tecnologia de sementes.

[...] 2.7 Ecologia: Ecologia aplicada, Ecologia evolutiva, Ecologia humana, Ecologia de ecossistemas, Ecologia de populações, Ecologia da paisagem, Ecologia teórica, Bioclimatologia, Bioespeleologia, Biogeografia, **Biogeoquímica**, Ecofisiologia, **Ecotoxicologia**, Etnobiologia, Etologia, Fitossociologia, **Legislação ambiental**, **Limnologia**, Manejo e conservação, Meio ambiente, Gestão ambiental.

[...] 2.15 – Limnologia.

2.16 – Micologia: **Micologia da água**, Micologia agrícola, Micologia do ar, Micologia de alimentos, Micologia básica, Micologia do solo, Micologia humana, Micologia animal, Biologia de fungos, Taxonomia/Sistemática de fungos.

2.17 – Microbiologia: **Microbiologia de água**, Microbiologia agrícola, Microbiologia de alimentos, **Microbiologia ambiental**, Microbiologia animal, Microbiologia humana, Microbiologia de solo, Biologia de microrganismos, Bacteriologia, Taxonomia/Sistemática de microrganismos, Virologia.

[...] 2.20 – Parasitologia: **Parasitologia ambiental**, **Parasitologia animal**, **Parasitologia humana**, **Biologia de parasitos**, Patologia, Taxonomia/Sistemática de parasitos, Epidemiologia.

2.21 – Saúde Pública: **Biologia sanitária**, **Saneamento ambiental**, Epidemiologia, **Ecotoxicologia**, **Toxicologia**.

2.22 – Zoologia: Zoologia aplicada, Zoologia econômica, Zoologia forense, Anatomia animal, Biologia reprodutiva, Citologia e histologia animal, Conservação e manejo da fauna, Embriologia animal, Etologia, Etnozoologia, Fisiologia animal/comparada, Controle de vetores e pragas, Taxonomia/Sistemática animal, Zoogeografia.” (grifos nossos)

A Res. 227/10, prevê as áreas de atuação do Biólogo, além de condicionar as atividades ao conhecimento técnico-científico do profissional, conforme disposto em seus artigos 1º, 3º a 6º:

“Art. 1º O Biólogo regularmente registrado nos Conselhos Regionais de Biologia - CRBios, e legalmente habilitado para o exercício profissional, de acordo com o art. 2º da Lei nº 6.684/79 e art. 3º do Decreto nº 88.438/83, poderá atuar nas áreas:

I - Meio Ambiente e Biodiversidade

II - Saúde

III - Biotecnologia e Produção



Parágrafo único. O exercício das atividades profissionais/técnicas vinculadas às diferentes áreas de atuação fica condicionado ao currículo efetivamente realizado ou à pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na área ou à experiência profissional na área de no mínimo 360 horas comprovada pelo Acervo Técnico.

[...] Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes atividades profissionais que poderão ser exercidas no todo ou em parte, pelo Biólogo, de acordo com seu perfil profissional:

Assistência, assessoria, consultoria, aconselhamento, recomendação;

Direção, gerenciamento, fiscalização;

Ensino, extensão, desenvolvimento, divulgação técnica, demonstração, treinamento, condução de equipe;

Especificação, orçamentação, levantamento, inventário;

Estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental, socioambiental;

Exame, análise e diagnóstico laboratorial, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, relatório técnico, licenciamento, auditoria;

Formulação, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, pesquisa, análise, ensaio, serviço técnico;

Gestão, supervisão, coordenação, curadoria, orientação, responsabilidade técnica;

Importação, exportação, comércio, representação;

Manejo, conservação, erradicação, guarda, catalogação;

Patenteamento de métodos, técnicas e produtos;

Produção técnica, produção especializada, multiplicação, padronização, mensuração, controle de qualidade, controle qualitativo, controle quantitativo;

Provimento de cargos e funções técnicas.

Art. 4º São áreas de atuação em Meio Ambiente e Biodiversidade:

[...] Biomonitoramento

Biorremediação

[...] Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

[...] Fiscalização/Vigilância Ambiental

Gestão Ambiental

[...] Gestão da Qualidade

Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

[...] Gestão e Tratamento de Efluentes e Resíduos

Gestão, Controle e Monitoramento em Ecotoxicologia

[...] Inventário, Manejo e Conservação de Ecossistemas Aquáticos: Límnicos, Estuarinos e Marinhos

[...] Microbiologia Ambiental

[...] Responsabilidade Socioambiental

Restauração/Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas

Saneamento Ambiental

[...] Art. 5º São áreas de atuação em Saúde:

[...] Gestão da Qualidade

[...] Saneamento

Saúde Pública/Fiscalização Sanitária

Saúde Pública/Vigilância Ambiental

Saúde Pública/Vigilância Epidemiológica

Saúde Pública/Vigilância Sanitária

[...] Art. 6º São áreas de atuação em Biotecnologia e Produção:

Biodegradação

[...] Biologia Molecular

Bioprospecção

Biorremediação

Biossegurança



Conselho Federal de Biologia

Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07



[...] *Gestão da Qualidade*

[...] *Processos Biológicos de Fermentação e Transformação” (grifos nossos)*

A Res. 3/96, dispõe sobre a regulamentação para a concessão de Termo de Responsabilidade Técnica em Análise e Controle de Qualidade Físico-química e Microbiológica de Águas, inclusive as de Abastecimento Público, conforme seu art. 1º, caput:

*“Art. 1º – Observado o currículo efetivamente realizado, é de competência do Biólogo, legalmente habilitado, **realizar Análise e Controle de Qualidade Físico-química e Microbiológica de Águas, inclusive as de Abastecimento Público**, em empresas públicas e/ou privadas, desde que constem, em seu histórico escolar do curso de Graduação e ou pós-graduação, analisados os conteúdos programáticos, as seguintes matérias:”*

Cabe ao CRBio-07 a verificação das ARTs e da capacidade técnica profissional dos Biólogos.

Ressalta-se que a atuação do Biólogo é restrita a processos biológico e físico-químicos no tratamento de águas e efluentes, não sendo de competência profissional os projetos estruturais das unidades de tratamento.

As atribuições profissionais do Biólogo, conforme legislação citada é determinada em resoluções do CFBio e a atuação em processos de tratamento de água e efluentes é permitida e prevista em normativa federal. Uma vez preenchidos os requisitos de inscrição, regularidade e capacitação técnica verificada pelo CRBio-07, trata-se de atuação legal.

Fernando Ferrari de Moraes
CRBio 47.489/07-D
Fiscal Biólogo



Assinado digitalmente
por Fernando Ferrari
de Moraes
Localização: Curitiba
Data: 2022-04-27 13:
50:16


PROCURAÇÃO

Outorgante: **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA EPP.**, com nome de fantasia denominado HP MULTISERVICE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.499.902/0001-80, com sede na Rodovia PR 412 Engenheiro Darci Gomes de Moraes, nº 1.394, bairro Balneário Praia de Leste, em Pontal do Paraná/PR – CEP: 83.255-000, neste ato representada por CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.501.756-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob o nº 004.786.489-36, residente e domiciliada na Rua Modesto Mendes, 348, Bairro Caioba, Matinhos/PR.

Outorgados: **GABRIEL CARDOSO GALLI** (gabriel@gabrielgalli.adv.br), brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-PR sob n.º 72.367, sócio da GABRIEL GALLI- SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.713.263/0001-09 e na OAB/PR sob o nº 7.286, e **LUCAS ALMEIDA VAZ DO NASCIMENTO** (lucas@gabrielgalli.adv.br), brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-PR sob n.º 92.691, associado da GABRIEL GALLI- SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.713.263/0001-09 e na OAB/PR sob o nº 7.286, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 850, sala 211-C, bairro Ahú, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 840540-180, endereço eletrônico (controladoria@gabrielgalli.adv.br), onde recebe notificações e intimações;

Poderes: Com todos os poderes contidos na cláusula AD JUDICIA, para promover a defesa dos direitos e interesses do outorgante no foro geral ou fora dele, podendo promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providências e ter acesso a documentos de qualquer natureza e perante quaisquer órgãos, públicos ou não, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, bem como reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber, dar quitação, passar recibos, concordar ou discordar, firmar compromisso, levantar ou receber RPV e alvarás, tudo para fielmente desempenhar o presente mandato em todos os seus termos e em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015, **sobretudo para representar a outorgante em processos licitatórios.**

Curitiba, 18 de outubro de 2024

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA**
Data: 18/10/2024 12:18:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA EPP.